



**PROCESSO N°** : 2014 39000 000004  
**UNIDADE GESTORA** : Secretaria do Meio Ambiente e do  
Desenvolvimento Sustentável – SEMADES  
**EXERCÍCIO FINANCEIRO** : 2013  
**ASSUNTO** : Prestação de Contas Anual  
**TIPO DE AUDITORIA** : Avaliação da Gestão.

## RELATÓRIO DE AUDITORIA N° 73/2014

Consoante às disposições contidas na Instrução Normativa n° 006/2003 do Tribunal de Contas do Estado – TCE-TO, procedemos a análise da Prestação de Contas Anual da Secretaria do Meio Ambiente e do Desenvolvimento Sustentável – SEMADES, referente ao exercício de 2013, nos termos do inciso XII do artigo 3° da Lei n° 2.735/2013 e do Decreto n° 2.595/2005.

2. O processo está composto de todas as peças relacionadas no art. 9° da Instrução Normativa n° 006/2003, exceto os citados na Solicitação de Ação Corretiva.

3. Os relatórios e demonstrativos contábeis de natureza orçamentária e financeira são resultantes dos fatos ocorridos e dos atos praticados pelos responsáveis indicados, no período de **1° de janeiro a 31 de dezembro de 2013**, e evidenciam os resultados alcançados na gestão dos recursos orçamentários e financeiros alocados na Unidade Orçamentária.

3.1 O Balanço Orçamentário, às fls. 190, apurado a partir do comparativo entre a receita e a despesa executadas no período, apresenta superávit orçamentário de **11,63%**, o que indica a boa situação da execução orçamentária da unidade.

3.2 A realização da despesa, demonstrada por categoria econômica, indica um baixo nível de execução das dotações autorizadas pela Lei Orçamentária Anual, com percentual médio de **22,48%**, conforme quadros a seguir:

CATEGORIA ECONÔMICA	AUTORIZADA	EXECUTADA	%
Despesas Correntes	35.505.871,00	9.927.122,54	27,96
Despesa de Capital	14.677.000,00	1.354.416,47	9,23
<b>TOTAL</b>	<b>50.182.871,00</b>	<b>11.281.539,01</b>	<b>22,48</b>

FONTE DE RECURSOS	AUTORIZADA	EXECUTADA	%
100 – Recursos Ordinários	8.474.204,00	8.464.189,07	99,88
104 – Recursos do Tesouro – Emenda Parlamentar	20.000,00	20.000,00	100
223 – Recursos de Convênio com a iniciativa privada	158.000,00	0,00	0,00
225 - Rec. de Convênios com Órgãos Federais	3.903.800,00	150.325,30	3,85



228 - Operações Financeiras não Reembolsáveis-Inter	17.822.960,00	0,00	0,00
229 - Operações Financeiras não Reembolsáveis- Exter	15.528.907,00	2.633.620,14	16,96
4220 - Operações de Crédito Externas - Em Moeda	4.225.000,00	0,00	0,00
5236 - Doação	50.000,00	13.404,50	26,81
<b>TOTAL</b>	<b>50.182.871,00</b>	<b>11.281.539,01</b>	<b>22,48</b>

3.3 As alterações no orçamento inicial refletem um redução de **7,1%**, o que, preliminarmente, não significa dizer que houve descumprimento do limite estabelecido na LOA, uma vez que a variação, em relação ao orçamento total do Executivo, foi dentro do limite permitido para alterações orçamentárias.

3.4 A receita orçamentária no período, no valor de **R\$ 4.202.718,33**, somada à receita extra orçamentária no valor de **R\$ 13.744.944,69**, às transferências financeiras recebidas no valor de **R\$ 8.776.032,88** e ao saldo financeiro remanescente, no valor de **R\$ 1.358.807,93**, foi suficiente para cobrir as despesas orçamentárias, no valor de **R\$ 11.281.539,01**, extra orçamentárias no valor de **R\$ 15.028.712,10** e as transferências concedidas no montante de **R\$ 187.581,60**, restando saldo de **R\$ 1.584.671,12** para o exercício seguinte, conforme se observa no Balanço Financeiro, às fls. 191.

3.5 O Balanço Patrimonial, fl. 194, demonstra uma situação positiva dos bens, direitos e obrigações, como se observa a seguir:

3.5.1 O Ativo Financeiro é maior que o Passivo Financeiro em **477,70%**, indicando que estão sob controle os gastos e a capacidade de endividamento.

3.5.2 O resultado da comparação do Ativo Permanente, composto pelos bens móveis e almoxarifado com o Passivo Permanente (Dívida Fundada), representado pela obrigação a pagar - folha de pagamento, revela que o valor dos compromissos de longo prazo é de baixo valor, e corresponde ao percentual de **9,46%**.

3.5.3 O Ativo Real Líquido teve aumento de **55,87%** em relação ao exercício anterior, devido redução do Passivo Financeiro e aumento do Ativo.

3.5.4 Os bens patrimoniais estão registrados pela contabilidade no valor de **R\$ 3.554.530,57**, sendo composto por bens móveis no valor de **R\$3.635.617,44** e depreciação acumulada no valor de **R\$ 81.086,87**. Houve no exercício valores de incorporações de bens móveis por aquisição no valor de **R\$ 639.925,84**, e por transferência no valor de **R\$ 4.210,24**, e baixa por desvalorização na ordem de **R\$ 1.014,15**, por transferência **R\$154.989,07** e por doação **R\$ 125.497,42**, havendo divergência devido a não integração entre os sistemas SIAFEM e SISPAT, justificada às fls. **244, 245 e 284**.

*[Handwritten signatures and initials]*  
2



3.5.4.1 Os bens móveis de terceiros estão registrados pela contabilidade no valor de **R\$ 333.670,04**, havendo no exercício, incorporações na ordem de **R\$ 3.090,00**, observando-se divergências em razão da não integração dos Sistemas SISPAT e SIAFEM, justificadas às **fls. 244 e 245**.

3.5.5 A conta contábil "Almoxarifado" apresenta saldo no valor de **R\$ 8.650,50**, o que não foi possível conferir com a posição física e financeira pela falta do demonstrativo.

3.6 A conta "Disponível" registra saldo no valor total de **R\$ 1.584.671,12**, que confere com o balancete, extratos e está conciliada com a conta bancária, conforme discriminação abaixo:

a) banco movimento **R\$ 818.582,80**:

1 - **R\$ 8.939,50** na Conta Única do Tesouro Estadual;

2 - **R\$ 809.643,30** nas contas bancárias específicas;

b) aplicação financeira – poupança **R\$ 766.088,32**

3.7 As contas do passivo circulante totalizam um saldo de **R\$ 623.407,69**, correspondentes às inscrições em consignações, caução, restos a pagar e obrigações a pagar – referente à folha de pagamento.

3.8 O Demonstrativo do Ativo Realizável – DAR, às fls. 211, evidencia um saldo de **R\$ 69.914,55**, sem justificativa.

3.9 A conta Exigível a Longo Prazo evidencia a inexistência de saldo.

4. Os aspectos relativos à legalidade e regularidade dos atos e procedimentos adotados na aplicação dos recursos públicos, foram inicialmente acompanhados pelos agentes do Núcleo Setorial de Controle Interno - NUSCIN, durante o período de 1º de janeiro a 24 de fevereiro do exercício em análise, haja vista que com a publicação da Medida Provisória nº 4/2013, convertida na Lei nº 2.735/2013, os mesmos foram extintos, passando esse acompanhamento a ser efetuado somente pela Controladoria Geral, por meio da utilização das técnicas de controle interno.

4.1 Com a aplicação da técnica de fiscalização de processos e inspeção nos sistemas administrativos foi possível identificar falhas e indicar recomendações conforme Relatórios de Inspeção nº 04 e 14/2013.

5. Ressalte-se, por oportuno, que até o momento não foi informado pelo órgão se o Egrégio Tribunal de Contas do Estado realizou Auditoria de Regularidade na Secretaria de Meio Ambiente e do Desenvolvimento Sustentável no exercício em análise.

6. O desempenho institucional das atividades, serviços públicos, programas e ações governamentais, a cargo da Unidade Orçamentária, está demonstrado através do Relatório de Gestão às **fls. 55 a 151**, exigido pela já citada IN nº 006/03 TCE.

Handwritten signatures and initials in blue ink at the bottom right of the page.



6.1 O Relatório de Gestão de que trata a IN n.º 006/2003 do TCE aponta os níveis de resultados quanto ao alcance dos objetivos estabelecidos para a Secretaria do Meio Ambiente e do Desenvolvimento Sustentável, a eficiência e eficácia dos projetos e atividades, desenvolvidos com base nas iniciativas, nas metas e nos indicadores estabelecidos na Lei Estadual n.º 2.538/2011(PPA 2012-2015) e revisões, bem como por meio das ações orçamentárias contidas na Lei Estadual n.º 2.678/2012 (Lei Orçamentária Anual - LOA).

6.1.1 O Relatório demonstra que as atribuições do órgão foram desenvolvidas com vistas a contribuir para o alcance dos objetivos definidos nos Programas Temáticos: **Meio Ambiente (1010)**, **Recursos Hídricos (1011)** e **Ativo Ambiental (1012)**, com suporte nas ações do Programa Gestão e Manutenção da Secretaria do Meio Ambiente e do Desenvolvimento Sustentável.

6.1.1.1 Para esses objetivos foram estabelecidas metas físicas, cujo desempenho no exercício em análise, demonstra que **12 (doze)** tiveram execução média de **100%** em relação ao que se pretende alcançar ao final do PPA, 01 (uma) teve execução média de **66,67%** e **17 (dezesete)** tiveram execução mínima ou não tiveram nenhuma execução.

6.1.1.2 A avaliação do grau de efetividade do alcance dos objetivos definidos no PPA foi realizada por meio da aferição de **14 (quatorze) indicadores**, que evidenciam um nível satisfatório para o órgão.

6.1.2 Em relação à avaliação das **18 (dezoito) iniciativas** vinculadas aos objetivos, percebe-se um bom desempenho, especificado nos relatórios, às fls. 111 a 121.

6.1.2.1 Para a realização dessas iniciativas foram elaboradas **20 (vinte)** ações orçamentárias, sendo **13 (treze)** de natureza atividade e **07 (sete)** de natureza projeto, cuja execução foi avaliada com base nos índices da gestão física e orçamentário-financeira, explicitando um bom grau de eficiência, apesar da não realização física de **07 (sete)** e financeira de **08 (oito)** delas, respectivamente.

6.1.3 A execução das ações de gestão, envolvendo um total de **04 (quatro)** ações de natureza atividade, demonstra que as mesmas tiveram uma considerável contribuição para o alcance dos objetivos da entidade, uma vez que o montante de recursos destinados, **15,70%** foi executado por meio do Programa de Gestão Manutenção.

6.1.4 Houve recebimento de recursos federais no exercício na ordem de **R\$ 333.962,80**, conforme demonstrado no Anexo 10, à fl. 184, e houve transferência de recursos à Instituições Privadas sem Fins Lucrativos, no valor de **R\$ 20.000,00**, conforme demonstrado no Anexo 2, à fl. 183.

7. Com referência à força de trabalho foi informado, como demonstrado às fls. 322, um quantitativo de 140 servidores ativos, não constando o número de servidores admitidos no exercício de 2013 por meio de concurso e por meio de contrato temporário.

4



8. Quanto ao Processo de Prestação de Contas, foram detectadas impropriedades, sendo emitida Solicitação de Ação Corretiva.

9. Com essas considerações, tendo em vista que não foram evidenciados atos e fatos da Gestão em apreço que pudessem comprometer ou causar prejuízo ao Erário Estadual, concluímos pela REGULARIDADE das contas apresentadas pelos responsáveis **Divaldo José da Costa Rezende, Alan Kardec Martins Barbiero, Zelia Aparecida Drumond, Jurandir Dias Ferreira** e outros relacionados neste processo às fls. 05 e 06.

**COORDENADORIA DE CONTROLE INTERNO**, aos 23 dias do mês de fevereiro de 2014.

**Pedro Pires de Castro Guedes**  
Supervisor de Auditoria e Inspeção

**Sunamita Freitas Matos**  
Supervisor de Fiscal e Aval. de Resultado

**Valterly Silva Passos**  
Coordenador da Primeira Coordenadoria de Controle Interno

De acordo. Encaminhe-se ao Senhor Secretário-Chefe.

**Cleber Barros Arraes**  
Diretor do Controle Interno